

ANEXO I

PROGRAMA

XIX CONCURSO PARA JUIZ SUBSTITUTO DO ESTADO DE RONDÔNIA

1. DIREITO CIVIL

1.1. Das Pessoas Naturais e Jurídicas. Da Personalidade: conceito e direitos da personalidade. Do Nome: natureza jurídica, elementos e imutabilidade. Do Estado Civil. Do Domicílio: conceito e espécies. Da Capacidade Civil: conceito, classificação, aquisição e cessação. Da Ausência: conceito e efeitos. Da curadoria dos bens dos ausentes e das sucessões provisória e definitiva.

Das Pessoas Jurídicas: conceito, classificação, constituição e extinção. Da Desconsideração da Personalidade Jurídica.

Dos Bens: conceito e classificação. Dos Bens Públicos.

1.2. Dos Fatos Jurídicos. Do Negócio Jurídico: conceito, classificação, interpretação e elementos constitutivos. Da Representação. Dos Defeitos do Negócio Jurídico: erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo e lesão. Da Fraude Contra Credores e da Ação Pauliana. Da Invalidade do Negócio Jurídico. Da Simulação: conceito e efeitos.

Dos Atos Jurídicos: conceito e classificação. Existência, Nulidade e Anulabilidade dos Atos Jurídicos. Da Responsabilidade Civil: responsabilidades contratual, extracontratual, subjetiva e objetiva. Dos Atos Ilícitos. Da Responsabilidade Aquiliana: conceito, requisitos e exclusão.

Da Prescrição: conceito, requisitos e distinções. Suspensão e Interrupção da Prescrição. Da Decadência: conceito e efeitos. Da Prova.

1.3. Do Direito das Obrigações. Das Modalidades das Obrigações. Das Obrigações Solidárias: solidariedade ativa e passiva. Da Transmissão das Obrigações: cessão de crédito e assunção de dívida. Do Adimplemento e Extinção das Obrigações: conceito, modalidades e efeitos do pagamento. Do Inadimplemento das Obrigações: mora, perdas e danos, juros legais, cláusula penal e arras.

1.4. Dos Contratos: conceito, formação e classificação. Da Extinção do Contrato: distrato, cláusula resolutiva, exceção de contrato não cumprido e resolução por onerosidade excessiva. Das Várias Espécies de Contrato: compra e venda, permuta, contrato estimatório, doação, empréstimo, prestação de serviço, empreitada, depósito, mandato, comissão, seguro, fiança, transação e compromisso. Da Locação (Lei 8.245, de 18/10/1991).

1.5. Dos Atos Unilaterais: promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido e enriquecimento sem causa. Dos Títulos de Crédito: conceito, características, requisitos, classificação e legislação específica. Da Responsabilidade Civil. Das Preferências e Privilégios Creditórios. Da Alienação Fiduciária em Garantia (Decreto-lei n. 911, de 11/10/1969). Arrendamento Mercantil (*Leasing*).

1.6. Do Direito de Empresa. Do Empresário: conceito e capacidade. Da sociedade Civil: conceito e modalidades. Da Sociedade Simples. Da sociedade em Nome Coletivo. Da Sociedade Limitada: conceito, cotas, administração, responsabilidade e dissolução. Da Sociedade Anônima. Da Sociedade Cooperativa. Do Estabelecimento. Dos Institutos Complementares: registro, nome empresarial, prepostos e escrituração.

1.7. Do Direito das Coisas. Direito Real e Direito Pessoal: conceitos e distinções. Dos Direitos Reais de Garantia: penhor, hipoteca e anticrese. Da Posse: conceito e classificação. Posse e Propriedade: distinções. Aquisição, Perda e Efeitos da Posse.

Da Propriedade. Da Aquisição da Propriedade Imóvel: usucapião, registro do título e acessão. Da Aquisição da Propriedade Móvel: usucapião, ocupação, achado, tradição,

especificação, confusão, comissão e adjudicação. Da Perda da Propriedade. Dos Direitos de Vizinhança: conceito e modalidades. Do Condomínio: conceito e modalidades. Dos Direitos Reais de Superfície, Servidão, Usufruto, Uso e Habitação: conceitos e distinções. Do Direito do Promitente Comprador.

1.8. Do Direito de Família. Do Casamento: natureza jurídica, requisitos, impedimentos, causas suspensivas, habilitação e celebração, provas, invalidade, eficácia, dissolução da sociedade e do vínculo conjugal e proteção à pessoa dos filhos. Das Relações de Parentesco: filiação, reconhecimento dos filhos, adoção e poder familiar. Da Investigação de Paternidade.

Do Direito Patrimonial, Regime de Bens Entre os Cônjuges: modalidades. Pacto antenupcial. Do Usufruto e da Administração dos Bens dos Filhos Menores. Dos Alimentos: conceito, origem da obrigação e ação de alimentos. Do Bem de Família. Divórcio e Separação (Lei 6.615, de 26.12.1977). Da União Estável: conceito, evolução e situação atual. Da Tutela e da Curatela: conceitos e espécies.

1.9. Do Direito das Sucessões. Da Sucessão Legítima: ordem de vocação hereditária, herdeiros necessários e direito de representação. Da Sucessão Testamentária: conceito e capacidade de testar. Do Testamento: conceito, formas ordinárias e especiais, codicilos, legados, substituições, deserdação, redução das disposições testamentárias, revogação e rompimento. Do Testamenteiro.

1.10. Do Inventário e da Partilha: conceitos e procedimento. Dos Sonogados e Da Colação. Da Partilha: modalidades, garantia dos quinhões hereditários e da anulação; e Lei dos Registros Públicos.

2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL

2.1. Da Jurisdição e da Ação. Das Condições da Ação. Das Partes e dos Procuradores.

2.2. Do Ministério Público. Dos Órgãos Judiciários e dos Auxiliares da Justiça. Competência.

2.3. Dos Atos Processuais. Da Forma, do Tempo e do Lugar dos Atos Processuais. Dos Prazos. Das Comunicações e das Nulidades dos Atos Processuais. Dos Pressupostos Processuais.

2.4. Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo. Do Processo e do Procedimento. Do Procedimento Ordinário e Sumário.

2.5. Do Processo Cautelar e dos Procedimentos Cautelares Específicos.

2.6. Dos Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária e Contenciosa.

2.7. Da Separação e do Divórcio.

2.8. Do Processo nos Tribunais. Da Ação Rescisória. Dos Recursos.

2.9. Do Processo de Execução. Das Diversas Espécies de Execução.

2.10. Dos Embargos do Devedor. Da Execução por Quantia Certa Contra Devedor Insolvente. Da Remição. Da Suspensão e da Extinção do Processo de Execução.

3. DIREITO ELEITORAL

3.1. Direito Eleitoral: objeto e legislação. Do Poder Representativo: aspectos históricos da representação política e natureza jurídica do sufrágio. Da Organização Eleitoral. Do Sufrágio: conceito, extensão, valor, modo e formas. Dos Sistemas Eleitorais: aspectos gerais.

3.2. Da Justiça Eleitoral: organização, características e funcionamento. Do Controle do Processo Eleitoral: competência e mecanismos. Do Ministério Público na Jurisdição Eleitoral: órgãos e funções institucionais.

3.3. Da Capacidade Eleitoral: conceito, requisitos e limitações. Do Alistamento Eleitoral:

conceito, requisitos, procedimento e efeitos. Da Transferência. Do Cancelamento e Da Exclusão. Da Fiscalização do Alistamento. Da Elegibilidade: escolha e registro de candidatos. Da Arguição e da Impugnação. Da Lei Complementar n. 64/90.

3.4. Garantias Eleitorais: conceito e espécies. Da Liberdade de Escolha: proteção à liberdade de voto, à liberdade física de eleitores e aos agentes do processo eleitoral. Da Atuação da Força Pública nas Eleições. Modalidades de Garantias: isenção tributária, gratuidade de atos eleitorais, licenças para concorrer a cargo eletivo, transporte e alimentação de eleitores e outras garantias.

3.5. Dos Partidos Políticos: conceito, evolução histórica e legislação partidária (Lei 9.096/95). Da Organização Partidária: criação, estrutura, classificação, funcionamento e extinção dos partidos políticos. Dos Órgãos Partidários e da Filiação. Disciplina Partidária e Atividade Financeira dos Partidos Políticos.

3.6. Da Campanha Eleitoral: arrecadação e aplicação de recursos e prestação de contas. Das Coligações Partidárias. Da Propaganda Eleitoral: conceito, técnicas de realização, limites jurídicos, princípios e controle da propaganda eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Pesquisas Eleitorais.

3.7. Atos Preparatórios à Votação: medidas preparatórias. Das seções eleitorais: composição, competência, localização e fiscalização das mesas receptoras de votos. Da Votação: instalação da mesa receptora e manifestação do voto. Do Voto: válido, nulo, em branco e em separado. Do Sistema Eletrônico de Votação. Das Impugnações e Dos Recursos. Do Encerramento da Votação e da Finalização dos Trabalhos na Seção Eleitoral.

3.8. Da Apuração Eleitoral. Das Juntas Apuradoras: estrutura, competência e funcionamento. Da Totalização Eletrônica dos Votos. Da Proclamação do Resultado e da Diplomação dos Eleitos.

3.9. Das Nulidades: sistema de nulidades do Código Eleitoral. Dos Recursos Eleitorais: espécie, formas de interposição, prazos, efeitos e tramitação.

3.10. Dos Crimes Eleitorais: tipos penais eleitorais, natureza e espécies dos crimes eleitorais. Da Conexão em Matéria Eleitoral. Do Processo Penal Eleitoral: aspectos gerais e situação legislativa.

4. DIREITO AMBIENTAL

4.1. Dispositivos Constitucionais Sobre o Meio Ambiente.

4.2. Poder de Polícia no Direito Ambiental.

4.3. Política e Sistema Nacional do Meio Ambiente.

4.4. Responsabilidade Penal por Crimes Praticados Contra o Meio Ambiente.

4.5. Dos Crimes Contra a Fauna.

4.6. Dos Crimes Contra a Flora.

4.7. Dos Crimes Contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural.

4.8. Dos Crimes Contra a Administração Ambiental.

4.9. Da Poluição e Outros Crimes Ambientais.

4.10. Ação Popular e Ação Civil Pública Como Instrumento de Combate à Violação ao Meio Ambiente.

5. DIREITO DO CONSUMIDOR

5.1. Dos Direitos do Consumidor. Da Política Nacional de Relações de Consumo. Direitos Básicos do Consumidor.

5.2. Da qualidade de produtos e serviços. Da prevenção e da reparação de danos. Da proteção à saúde e Segurança. Da responsabilidade pelo fato do Produto e do Serviço.

Da responsabilidade por vício do produto e do serviço.

5.3. Da decadência e da Prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica.

5.4. Das práticas comerciais. Da Oferta. Da Publicidade.

5.5. Das práticas abusivas. Da Proteção Contratual. Das Cláusulas Abusivas. Dos contratos de adesão. Controle das cláusulas abusivas.

5.6. Da cobrança de Dívidas. Dos Bancos de Dados e Cadastros dos Consumidores.

5.7. Das Sanções Administrativas. Das Infrações Penais.

5.8. Da Defesa do Consumidor em Juízo. Das Disposições Gerais. Das Ações Coletivas para a Defesa de Interesses Individuais Homogêneos. Das Ações de Responsabilidade do Fornecedor de Produtos e Serviços. Da Coisa Julgada nas ações de defesa do consumidor.

5.9. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

5.10. Da Convenção Coletiva de Consumo.

6. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

6.1. Dos Direitos Fundamentais. Do Direito à Vida e à Saúde. Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer. Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

6.2. Da Família Natural. Da Família Substituta. Da Guarda. Da Tutela. Da Adoção.

6.3. Da Prevenção. Da Prevenção Especial. Da informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos. Dos Produtos e Serviços. Da Autorização para Viajar.

6.4. Da Política de Atendimento. Das Entidades de Atendimento. Da Fiscalização das Entidades. Das Medidas de Proteção. Das Medidas Específicas de Proteção.

6.5. Da Prática de Ato Infracional. Dos Direitos Individuais. Das Garantias Processuais. Das Medidas Sócio-educativas. Da Advertência. Da Obrigação de Reparar o Dano. Da Prestação de Serviços à Comunidade.

6.6. Da Liberdade Assistida. Do Regime de Semi liberdade. Da Internação. Da Remissão. Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável.

6.7. Do Conselho Tutelar. Das Atribuições do Conselho. Da Competência. Da Escolha dos Conselheiros. Dos Impedimentos.

6.8. Do Acesso à Justiça. Da Justiça da Infância e da Juventude. Do Juiz. Dos Serviços Auxiliares. Dos Procedimentos.

6.9. Da Perda e da Suspensão do Pátrio Poder. Da Destituição da Tutela. Da Colocação em Família Substituta. Da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento. Da Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente. Dos Recursos.

6.10. Do Ministério Público. Do Advogado. Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos. Dos Crimes e Das Infrações Administrativas. Dos Crimes. Dos Crimes em Espécie. Das Infrações Administrativas.

7. DIREITO PENAL

7.1. Da Aplicação da Lei Penal e do Crime. Da Imputabilidade Penal; Concurso de Pessoas.

7.2. Das Penas. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal e a Extinção da Punibilidade.

7.3. Dos Crimes Contra a Pessoa.

7.4. Dos Crimes Contra o Patrimônio.

7.5. Dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual e Leis das Execuções Penais (7.210/84); e Lei 10.826/2003.

7.6. Dos Crimes Contra os Costumes e Código de Defesa do Consumidor: infrações Penais.

7.7. Dos Crimes Contra a Família. Lei Maria da Penha (11.340/2006). Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública.

7.8. Dos Crimes Contra a Paz Pública; Contra a Fé Pública e Crimes contra o Meio Ambiente.

7.9. Dos Crimes Contra a Administração Pública.

7.10. Lei Anti tóxico (11.343/2006); Lei dos Crimes Hediondos (8.072/90); Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores (DL 201/67).

8. DIREITO PROCESSUAL PENAL

8.1. Inquérito Policial, Ação Penal, Ação Civil. Da Jurisdição e da Competência. Dos Sujeitos Processuais do Juiz. Das Partes. Dos Órgãos Auxiliares.

8.2. Das Questões e Processos Incidentes. Das Execuções. Do Conflito de Jurisdição. Da Restituição de Coisas Apreendidas. Medidas Assecuratórias. Do Incidente de Falsidade. Da Insanidade Mental do Acusado.

8.3. Das Provas. Conceito. Classificação. Meios. Ônus da Prova. Livre Convencimento. Busca e Apreensão. Perícias e Exame de Corpo de Delito. Interrogatório. Confissão. Testemunhas. Acareação. Do Reconhecimento de Pessoas e Coisas. Dos Documentos. Dos Indícios.

8.4. Da Prisão. Da Prisão em Flagrante. Da Prisão Preventiva. Apresentação Espontânea do Acusado. Da Liberdade Provisória e da Fiança. Da prisão temporária.

8.5. Das Citações e Intimações. Da Aplicação Provisória de Interdição de Direito e Medidas de Segurança. Da Sentença.

8.6. Dos Processos e dos Julgamentos dos Crimes de Competência do Juiz Singular.

8.7. Dos Processos e dos Julgamentos dos Crimes de Competência do Júri.

8.8. Dos Processos Especiais. Do Processo e Julgamento dos Crimes de Tóxicos. Delitos de Trânsito. Responsabilidade dos Funcionários Públicos. Do Processo Sumário.

8.9. Das Nulidades e dos Recursos em Sentido Estrito. Apelação. Revisão Criminal. *Habeas Corpus*.

8.10. Aspectos processuais das Leis 9.099/95, 9.271/97 e de outras legislações especiais.

9. DIREITO CONSTITUCIONAL

9.1. Os Princípios Fundamentais. A Constituição: Conceito. Objeto. Conteúdo. Classificação. Princípios e Normas Constitucionais. Interpretação da Constituição. Reforma da Constituição. Poder Constituinte.

9.2. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Classificação. Direito à Igualdade. Direito à Privacidade. Direito à Propriedade. Interpretação dos Direitos Fundamentais.

9.3. Ações Constitucionais. Mandado de Segurança: Individual e Coletivo. *Habeas Corpus*. Ação Popular. Mandado de Injunção. *Habeas Data*. Direito de Petição. Ação de Reclamação de Preservação de Competência do STF e STJ.

9.4. Nacionalidade. Direitos Políticos. Partidos Políticos. Inelegibilidades. Cassação dos Direitos Políticos.

9.5. Organização do Estado. Administração Pública. Repartição de Competências. A União. Os Estados. O Distrito Federal. Os Municípios. Intervenção Federal e Intervenção Estadual.

9.6. Poder Legislativo: Estrutura. Funções. Processo Legislativo. Garantias Parlamentares.

9.7. O Poder Executivo. O Presidencialismo. O Parlamentarismo. O *Impeachment*.

9.8. Poder Judiciário: Estrutura. Funções. Estatuto e Garantias dos Magistrados. Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Funções Essenciais à Justiça. Advocacia e Estatuto. Ministério Público.

9.9. Controle da Constitucionalidade. Órgãos de Controle. Formas de Controle. A Decisão no Controle de Constitucionalidade. Inconstitucionalidade por Omissão. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Interpretação Conforme a Constituição.

9.10. Os Direitos Sociais. Ordem Social. Direitos à Seguridade Social. Direito à Educação e Cultura. O Meio Ambiente. Direitos da Família, da Criança, do Adolescente. Os Índios. Direito do Idoso (Lei n. 10.741/2003)

10. DIREITO TRIBUTÁRIO

10.1. Competência Tributária. Fontes de Direito Tributário.

10.2. Fato Gerador. Conceito. Características Essenciais.

10.3. Incidência. Não Incidência. Imunidade, Isenção e Anistia.

10.4. Imposto. Taxa. Tarifa. Preço Público. Contribuição de Melhoria.

10.5. Lançamento. Seus Efeitos. Modalidades.

10.6. Extinção de Crédito Tributário. Modalidades.

10.7. O Sistema Tributário na Nova Constituição.

10.8. Prescrição e Decadência.

10.9. A Dívida Ativa e Sua Cobrança.

10.10. Garantias e Privilégios de Crédito Tributário.

11. DIREITO ADMINISTRATIVO

11.1. A Administração Pública: Organização. Órgãos Públicos. Agentes Públicos. Princípios da Administração Pública. Poder Discricionário. Poder de Polícia.

11.2. Ato Administrativo: Conceito. Requisitos. Eficácia. Vigência. Efeitos. Atributos. Classificação. Revogação e Anulação. Motivação. Vinculação e Discricionariedade.

11.3. Servidores Públicos: Direito, Deveres e Proibições. Responsabilidades Penais, Cíveis e Administrativas. Regime Constitucional. Sindicância e Processo Administrativo.

11.4. Administração Indireta: Autarquias. Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas. Fundações Públicas. Serviço Público. Intervenção no Domínio Econômico.

11.5. Contrato Administrativo: Características. Espécies. Formalização do Contrato. Interpretação. Rescisão. Execução. Alteração e Extinção. Cláusula *rebus sic stantibus*. Teoria da Imprevisão.

11.6. Licitação: Dispensa. Inexigibilidade. Vedação. Modalidade. Princípios norteadores da licitação. Fases da Licitação. Revogação e Anulação. Recursos.

11.7. Da Intervenção do Estado na Propriedade. Desapropriação. Necessidade Pública. Utilidade Pública e Interesse Social. Desapropriação para Reforma Agrária. Limitação. Ocupação Temporária e Servidão Administrativa. Requisição.

11.8. Bens Públicos. Classificação. Aquisição. Uso. Alienação.

11.9. Controle da Administração Pública: Controle Direto e Indireto. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. Da Responsabilidade Civil do Estado. Improbidade Administrativa.

11.10. Direito Sanitário: Saúde na Constituição da República. Sistema Único de Saúde. Vigilância sanitária. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Campo de atuação da vigilância sanitária. Vigilância sanitária do meio ambiente. Vigilância sanitária de drogas e medicamentos. Vigilância sanitária de serviços de saúde. Do exercício do poder de polícia. Controle jurisdicional dos atos de polícia sanitária.

12. DIREITO EMPRESARIAL

12.1. Empresa e empresário. Estabelecimento empresarial.

12.2. Direito Societário. Código Civil de 2002.

12.3. Sociedade empresária: a) conceito de sociedade; b) formação e divisão do capital; c) responsabilidade dos sócios; d) personalidade jurídica; e) desconsideração da personalidade jurídica; f) classificação das sociedades; g) constituição das sociedades.

12.4. Das sociedades em espécie: a) sociedade em comum; b) sociedade em conta de participação; c) sociedade simples; d) sociedade em nome coletivo; e) sociedade em comandita simples; f) sociedade limitada; g) sociedade anônima; h) sociedade em comandita por ações.

12.5. Ligações Societárias: a) sociedade controladora; b) sociedades coligadas; c) subsidiária integral; d) grupo societário; e) consórcio.

12.6. Títulos de crédito. Código Civil de 2002 e Lei Uniforme: a) características de títulos de crédito; b) circulação dos títulos de crédito; c) conceito de título de crédito; d) requisitos essenciais e não essenciais.

12.7. Classificação dos títulos de crédito: a) títulos de crédito nominativos; b) títulos de crédito ao portador; títulos de crédito à ordem. Institutos cambiários: a) aval; b) endosso; c) protesto (Lei n. 9.492, de 10.09.97); d) aceite. Títulos de crédito em espécie: a) letra de câmbio; b) nota promissória; c) duplicata; d) cheque; e) debêntures; f) comercial paper; g) cédulas de crédito comercial, industrial e rural.

12.8. Recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e da sociedade empresária (Lei n. 11.101 de 9 de fevereiro de 2005).

12.9. Disposições preliminares e comuns à recuperação judicial e à falência: a) verificação e da habilitação de créditos; b) administrador judicial e comitê de credores; c) assembleia geral de credores.

12.10. Recuperação judicial: a) objetivo; b) legitimidade ativa; c) requisitos; d) créditos abrangidos e exceções; e) meios para a obtenção da recuperação da empresa; f) pedido e processamento da recuperação judicial; g) plano de recuperação judicial.

13. DOS JUIZADOS ESPECIAIS

13.1. Dos Juizados Especiais Cíveis. Da Competência: domicílio do autor ou do local do ato ou fato.

13.2. Do Juiz, dos Conciliadores e dos Juízes Leigos. Das Partes. do Pedido.

13.3. Dos Atos Processuais. Das Citações e Intimações. Da Revelia.

13.4. Da Conciliação e do Juízo Arbitral. Da Instrução e Julgamento. Da Resposta do Réu.

13.5. Das Provas. Da Sentença.

13.6. Dos Embargos de Declaração. Da Extinção do Processo sem Julgamento do Mérito.

13.7. Da Execução. Das Despesas.

13.8. Dos Juizados Especiais Criminais. Da Competência e dos Atos Processuais.

13.9. Da Fase Preliminar. Do Procedimento Sumaríssimo.

13.10. Da Execução. Disposições Comuns aos Juizados Cíveis e Criminais.

14. HERMENÊUTICA

14.1. Conceito de Hermenêutica.

14.2. Interpretação e Construção.

14.3. Sistemas de Hermenêutica e Aplicação do Direito.

- 14.4. Interpretação Autêntica, Doutrinária, Sistemática, Gramatical, Lógica, Teleológica, Analogia, e Equidade, Costumes e Jurisprudência.
- 14.5. Disposições Legislativas sobre interpretação.
- 14.6. Qualidades de Hermeneuta. Causas de Interpretação viciosa e incorreta.
- 14.7. Leis de Ordem Pública: Imperativas ou Proibitivas.
- 14.8. Princípios Gerais de Direito.
- 14.9. Interpretação dos atos jurídicos.
- 14.10. Revogação do Direito.

15. LEI ORGÂNICA DA MAGISTRATURA NACIONAL E ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

- 15.1. Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Lei Complementar n. 35/1979: Dos Órgãos do Poder Judiciário, Dos Tribunais e Dos Magistrados.
- 15.2. Das Garantias da Magistratura e das Prerrogativas do Magistrado: Da Vitaliciedade, Da Inamovibilidade, Da Irredutibilidade de Vencimentos e Das Prerrogativas do Magistrado.
- 15.3. Da Disciplina Judiciária: Dos Deveres do Magistrado, Das Penalidades e Da Responsabilidade Civil do Magistrado.
- 15.4. Da Magistratura de Carreira: Do Ingresso, Da Promoção, da Remoção e do Acesso.
- 15.5. Das Férias, Das Licenças, Das Concessões e Da Aposentadoria.
- 15.6. Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei n. 8.906/1994: Atividade da Advocacia, Dos Direitos do Advogado e Da Sociedade de Advogados e Advogado empregado.
- 15.7. Dos Honorários Advocatícios.
- 15.8. Das Incompatibilidades e Impedimentos.
- 15.9. Das Infrações e Sanções Disciplinares.
- 15.10. Dos Fins e da Organização.

16. SOCIOLOGIA DO DIREITO

- 16.1. Origem e Conceitos Fundamentais.
- 16.2. Relações entre Sociologia e Direito.
- 16.3. Organização Social e Estrutura Social. Comunidade e Sociedade.
- 16.4. Diferenciação Social, Mudança Social e Processos Sociais.
- 16.5. A Sociologia e as Teorias da Evolução do Direito: Evolução Social e Jurídica.
- 16.6. Sociologia Jurídica no Brasil.
- 16.7. Conflitos sociais e mecanismos de resolução. Sistemas não judiciais de composição de litígios.
- 16.8. Diagnóstico da violência e da criminalidade.
- 16.9. Políticas de Segurança Pública. Fortalecimento das instâncias, de avaliação, decisão e ação local com participação comunitária.
- 16.10. Políticas Públicas de atendimento e a atuação judicial para efetivação do Estado Democrático de Direito.

17. PSICOLOGIA JUDICIÁRIA

- 17.1. Psicologia Judiciária no Direito Brasileiro: Conceitos e Alcance.
- 17.2. Psicologia e Direito: Noções Gerais. Aplicação de Conceitos da Psicologia na Esfera Judiciária.
- 17.3. Psicologia e Relações Sociais: Psicologia e Comportamento Social. Atitude

Preconceituosa. Estereótipo e Discriminação. Comportamento Antissocial e Justiça nas Relações Sociais.

17.4. Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.

17.5. O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.

17.6. Motivação do juiz para solicitar o estudo psicológico de um caso.

17.7. Conceitos de psiquiatria, psicologia e psicanálise.

17.8. A origem dos interditos.

17.9. O conflito humano. Os mecanismos repressivos externos e internos.

17.10. A subjetividade humana e a sua relação com a lei.

18. ÉTICA

18.1. Código de Ética da Magistratura Nacional: Disposições gerais, independência, imparcialidade, transparência, integridade pessoal e profissional, diligência e dedicação, cortesia, prudência, sigilo profissional, conhecimento e capacitação, dignidade, honra e decoro.

18.2. Ética: Conceitos, Fontes e Relações com o Direito.

18.3. Consciência Moral.

18.4. Moral, Ética e Direito.

18.5. Valores e Princípios Éticos e Valores Éticos e Princípios.

18.6. Desafios éticos da Magistratura.

18.7. Fundamentos éticos e morais da decisão judicial.

18.8. Ética na atividade jurisdicional.

18.9. O sentido e a importância da ética no mundo atual.

18.10. Estado e Ética Pública

19. FILOSOFIA DO DIREITO

19.1. Conceito de Justiça. Conceito de Direito. Equidade e Moral.

19.2. Valor e Justiça: Epistemologia jurídica; Ontologia jurídica; Axiologia jurídica e Gnoseologia jurídica.

19.3. Filosofia do Direito e Filosofia como instrumento necessário para a compreensão, aplicação, interpretação e vida do direito.

19.4. Deontologia Jurídica: estudo dos aspectos éticos que envolvem a atividade judicante, a postura do magistrado e os fundamentos justificados da ordem jurídica.

19.5. Lógica Jurídica: estudo do procedimento lógico-jurídico para tomada de decisão em suas várias vertentes (lógica, formal, tópica, dialética, retórica e filosofia da linguagem).

19.6. A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.

19.7. Direito e Legitimidade: Práticas jurídicas e seus fundamentos sociais e políticos. Política e neutralidade do jurista. Desobediência civil. Critérios para a aferição da legitimidade.

19.8. Direito e Moral: Normas jurídicas e normas morais, regras morais e regras jurídicas: o circuito do dever-ser, moral e direito face a face.

19.9. Direito e Linguagem: Linguagens formal e natural na formação do discurso jurídico, as práticas do discurso jurídico, a violência simbólica das formas linguístico-jurídicas.

19.10. Direito e Poder: Força, sanção, coerção e relações jurídicas. Direito, normalização e poder. A relação entre poder e direito.

20. TEORIA GERAL DO DIREITO E POLÍTICA

20.1. Estado e Direito: Teoria Monística. Teoria Dualística. Teoria do Paralelismo.

20.2. Nação e Estado: Conceito de Nação. População. Povo. Raça. Homogeneidade do Grupo Nacional. Conceito de Estado.

20.3. Elementos Constitutivos do Estado: População. Território. Governo.

20.4. Soberania: Conceito. Fonte do poder soberano. Teoria da soberania absoluta do rei. Teoria da soberania popular. Teoria da soberania nacional. Teoria da soberania do Estado. Escolas alemã e austríaca. Teoria negativista da soberania. Teoria realista ou institucionalista. Limitações.

20.5. Nascimento e Extinção dos Estados: Nascimento. Modo originário. Modos secundários. Confederação. Federação. União pessoal. União real. Divisão nacional. Divisão sucessoral. Modos derivados. Colonização. Concessão dos direitos de soberania. Ato de governo. Desenvolvimento e declínio. Extinção. Conquista.

20.6. Justificação do Estado: Justificações teológico-religiosas. Teoria do direito divino sobrenatural. Teoria do direito divino providencial.

20.7. Formas de Estado: Classificações. Estados perfeitos e imperfeitos. Estados simples e compostos. União pessoal. União real. União incorporada. Confederação. Outras formas.

20.8. Democracia e Igualdade; Democracia e Liberdade; Democracia Liberal e Democracia Social: Conceito. Democracia em sentido formal e substancial. Igualdade em sentido formal e material. Desdobramento e conceito social-democrático. Divisões dos direitos de liberdade. Liberdades absolutas e relativas. Aspectos da democracia liberal e sua decadência. Fundamentos da democracia social. Intervencionismo estatal.

20.9. O Homem e o Estado: O homem como unidade social e como pessoa humana. Liberdade e autoridade. Posições extremadas e intermediária.

20.10. O Estado Brasileiro: Formação histórica. Território. População. Formação federativa. Evolução da forma de governo. Resumo histórico da República. A Constituição de 1988.